

ECO-320

**Crédito Bancário a Pequenos e Médios Investimentos, seu impacto no
Desenvolvimento Local**

David Cristiano Colaço

Trabalho de Licenciatura

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia
Departamento de Economia**

Maputo
2008

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos...06.....deAgosto....., 2008

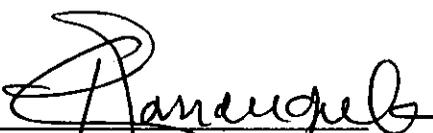


David Cristiano colaço

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 13 valores no dia.....06.....de ..Agosto..... De 2008 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

Dedicatória

*Aos meus pais, Cristiano David Colaço e Aissa Abdul Carimo,
meus irmãos*

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus pela força que me deu em todos os momentos da minha vida, tanto os difíceis e bem como os de alegria.

Segundo, agradeço ao meu supervisor Dr. Eduardo Neves pela prestímosa ajuda que deu na compilação deste estudo, pois sem ele isto não seria possível.

Terceiro, agradeço aos meus familiares, pais e irmãos, tios e avós, primos e outros pelo carinho, ajuda e acompanhamento no percurso da minha formação.

Quarto, agradeço a todo o corpo docente da Faculdade de Economia, em especial do curso de Economia, e não menos importante todos os professores do meu percurso académico liceal.

Quinto, agradeço a todos os meus colegas do BCI Fomento e amigos que muito ajudaram na concretização deste desejo de formação, em especial Ivan Nube, Clementino Manhique, Fabião Gune, Boaventura Tusine, Filipe Madalena, Leuvgildo Nhampulo, José Dias, Rufino Lambo e outros.

Sexto, a semelhança dos outros, endereço o meu muito obrigado a minha namorada Amância Sitole, pela ajuda e paciência que teve em todos os momentos.

Sumário executivo

O presente trabalho tem como objectivo, analisar a magnitude do crédito no processo de desenvolvimento local.

Para compilação do estudo recorreu-se a informação documentada sobre o assunto, bem como, a construção de indicadores apropriados para análise, através de dados das variáveis que se consideraram no estudo: produto interno bruto, crédito a economia e inflação.

Os resultados obtidos, indicam que no o período estudado, o PIB que é considerado um dos indicadores de crescimento/desenvolvimento, registou um crescimento assinalável cifrado em 10% e que parte considerável desta variação positiva é explicada pela boa alocação do crédito a economia que no mesmo período registou uma taxa de expansão situada na casa dos 13%. Por outro lado, os resultados mostram que a inflação acumulada anual, na medida em que o crédito a economia aumentava ela decrescia.

Se este cenário se alterar no sentido de abranger mais as zonas rurais, pode-se prever que o desempenho económico será melhor no respeitante a abrangência e impacto do próprio desenvolvimento.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Declaração e aprovação do júri..... | i |
| Dedicatória | ii |
| Agradecimentos | iii |
| Sumário executivo..... | iv |
| Lista de acrónimos..... | vii |
| 1 PARTE INTRODUTÓRIA..... | 1 |
| 1.1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.2 PROBLEMA DA PESQUISA | 2 |
| 1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA..... | 3 |
| 1.4 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO..... | 3 |
| 1.5 OBJECTIVOS..... | 4 |
| 1.5.1 <i>Objectivos gerais</i> | 4 |
| 1.5.2 <i>Objectivos específicos</i> | 4 |
| 1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 5 |
| 1.7 VARIÁVEIS RELEVANTES..... | 5 |
| 1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO | 5 |
| 1.9 METODOLOGIA | 6 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 6 |
| 2.1 CRÉDITO AO INVESTIMENTO | 6 |
| 2.2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO..... | 7 |
| 2.3 A RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO | 9 |
| 3 CONCEITOS E ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES A ANÁLISE | 15 |
| 3.1 PEQUENOS E MÉDIOS INVESTIMENTOS | 15 |
| 3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL | 16 |
| 3.3 CONCEITO DE FINANÇAS LOCAIS | 17 |
| 3.4 PROCURA DE SERVIÇOS FINANCEIROS LOCAIS..... | 18 |
| 3.4.1 <i>Sector agrícola</i> | 18 |
| 3.4.2 <i>Sector de Pescas</i> | 19 |
| 3.4.3 <i>Sector de Comércio</i> | 20 |
| 3.4.4 <i>Outros sectores</i> | 20 |
| 4 ACTIVIDADE FINANCEIRA LOCAL EM MOÇAMBIQUE..... | 21 |
| 4.1 REALIDADE ACTUAL..... | 21 |
| A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS FINANCEIROS LOCAIS PARA O SECTOR AGRÁRIO | |
| 4.2 AS PERSPECTIVAS PARA O SECTOR FINANCEIRO LOCAL | 24 |
| 4.3 OS SERVIÇOS FINANCEIROS PARA O SECTOR CAMPONÉS..... | 25 |
| 4.4 ALGUMAS ACÇÕES DE INCENTIVO AOS OPERADORES FINANCEIROS | 27 |
| 4.5 ALGUMAS ACÇÕES DE INCENTIVO AO EMPRESARIADO..... | 28 |
| 4.6 O MADER E OS SERVIÇOS FINANCEIROS LOCAIS | 29 |
| 5 ANÁLISE DO CRÉDITO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE | 31 |
| 5.1 RELAÇÃO CRÉDITO E PIB | 31 |
| 5.2 RELAÇÃO CRÉDITO E INFLAÇÃO | 35 |

| | | |
|-----|---|----|
| 5.3 | RELAÇÃO CRÉDITO E OUTRAS VARIÁVEIS | 37 |
| 6 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 38 |
| 6.1 | CONCLUSÕES | 38 |
| 6.2 | RECOMENDAÇÕES | 39 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| | ANEXOS | 43 |
| | ANEXO 1. ESTIMATIVAS DE TAXAS DE CRESCIMENTO | 44 |
| | ANEXO 2. DADOS REFERENTES AO CRÉDITO A ECONOMIA EM MOÇAMBIQUE | 45 |
| | ANEXO 3. DADOS SOBRE O PIB DE MOÇAMBIQUE | 46 |
| | ANEXO 4. DADOS SOBRE AS TAXAS DE INFLAÇÃO NA CIDADE DE MAPUTO | 47 |

Índice de figuras

| | |
|----------------|----|
| Figura 1 | 20 |
| Figura 2 | 30 |
| Figura 3 | 32 |
| Figura 4 | 33 |
| Figura 5 | 33 |
| Figura 6 | 34 |
| Figura 7 | 36 |
| Figura 8 | 37 |

Lista de Acrónimos

| | |
|---------|---|
| AMODER | Associação Moç. para o Desenvolvimento Rural |
| BM | Banco de Moçambique |
| CE | Crédito a Economia |
| DL | Desenvolvimento Local |
| DR | Desenvolvimento Rural |
| EL | Economia Local |
| FARE | Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia |
| GAPI | Sociedade de Gestão e Financiamento para Promoção das pequenas e Médias Empresas |
| INCAJU | Instituto do cajú |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| MADER | Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| PARPA | Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PME | Pequena e Média Empresa |
| PMI | Pequeno e Médio Investimento |
| PNUD | Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento |
| PROAGRI | Programa de Promoção Agrícola |
| USAID | Agência Americana Para o Desenvolvimento |

CAPÍTULO I

PARTE INTRODUTÓRIA

1.1 Introdução

O desenvolvimento faz parte dos grandes objectivos que as economias hoje em dia, em particular a dos países em vias de desenvolvimento, visam alcançar. A luta pelo crescimento e desenvolvimento económico tem sido na actualidade um desafio posto a realidade dos países do terceiro mundo, visto serem estes os que apresentam os mais elevados níveis de pobreza. Os países em busca do desenvolvimento são impostos a implementar as estratégias definidas internacionalmente, e ajusta-las a sua realidade.

Segundo algumas declarações de peritos¹ da área, os países do terceiro mundo encontram-se distantes e sem muitas possibilidades de alcançar um desenvolvimento sustentado e consistente. E como forma de argumentar esta declaração, Diniz (2000) advoga que os países do terceiro mundo encontram-se envolvidos num círculo vicioso de subdesenvolvimento, traduzido em baixo nível de poupança, baixo nível de investimento, produção baixa e consequentemente rendimentos baixos. Outros especialistas² defendem que as estratégias e actividades de desenvolvimento, devem ser levadas a cabo a nível da base, isto é, os recursos devem ser em grande parte gerados localmente para que se verifique um desenvolvimento que reflecte a dinâmica real da economia.

Moçambique é um dos países em vias de desenvolvimento, que encontra-se engajado na batalha com vista a melhorar o padrão de vida e proporcionar o bem-estar à toda comunidade, em termos de acesso à condições básicas de sobrevivência.³ É nesta base que muitas actividades vem sendo levadas a cabo pelo governo, como pelo sector privado e pelos parceiros internacionais de desenvolvimento. Com o propósito de melhorar a

¹ Francisco Diniz (2000), na sua obra "Crescimento e Desenvolvimento Económico"

² Jeffrey Sachs (2004), na sua obra "Macroeconomia"

³ Acesso à água potável, o mínimo de três refeições por dia, acesso à saúde, educação e segurança.

capacidade produtiva do país através de concessão de incentivos⁴ ao investimento, grosso modo, em zonas menos procuradas pelos investidores. São os casos das zonas rurais, que apresentam um panorama económico pouco atractivo para iniciativas de investimento: falta de infra-estruturas desejadas, de água canalizada, de energia eléctrica, de instituições financeiras, de saneamento, entre outros serviços essenciais.

É de realçar que o mercado interbancário de Moçambique, nos últimos anos, tem se mostrado cada vez mais agressivo em termos de serviços prestados a economia. Contudo, é justo e não menos verdade, afirmar que, o acesso aos serviços bancários e com mais relevância o crédito bancário, até aos dias de hoje, encontram-se concentrados nas principais urbes do país em detrimento das localidades. É no contexto de prioridade de alocação do crédito que, as zonas rurais não tem sido uma preferência quanto a fixação de investimentos.

1.2 Problema da Pesquisa

O governo de Moçambique identificou o distrito como pólo de desenvolvimento do país⁵. Actualmente são concedidos incentivos à actividades de investimentos centradas localmente. Por via da política monetária, o governo definiu uma estratégia creditícia que visa, em certa medida, financiar investimentos estratégicos⁶ no sentido de elevar a capacidade produtiva do país bem como fazer um maior aproveitamento dos recursos naturais.

Conforme as evidências, e mesmo chocando aquilo que são os desígnio e objectivos de política definidos pelo país, tem se verificado que as maiores cidades do país (Maputo, Beira e Nampula), levam alguma vantagem em termos de disposição de crédito, bem como a canalização de investimentos que, em certa medida, estariam melhor fixados localmente. É nesta base que o presente estudo problematiza o tema da seguinte forma:

⁴ Reduções fiscais nos primeiros anos de investimento, reduções nas taxas aduaneiras de importação de equipamentos.

⁵ Plano quinquenal 2005-2009

⁶ Industrias de produção agrária e de agro-processamento, bem como de serviços complementares a actividades directamente produtivas

até que ponto o crédito bancário a pequenos e médios empreendimentos pode estimular o desenvolvimento local?

1.3 Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa vai cingir-se ao período compreendido entre 1996 a 2005, visto ser este um período marcado por efeitos positivos da paz e um total engajamento do país no processo de recuperação da economia. Além disso, para complementar o estudo, pode-se retractor alguns aspectos anteriores e posteriores a este período, como forma de melhorar a compreensão de algumas questões relacionadas com o processo de desenvolvimento local.

1.4 Importância do Estudo

A importância do presente estudo pode ser visto em duas vertentes. Por um lado, Moçambique é um dos países mais pobres e com iniciativas de investimento muito baixas, apresentando potencialidades rurais de investimento extremamente virgens. Por outro lado, as localidades que compõem o nosso país são vítimas da não existência de serviços bancários, e sobretudo o financiamento das actividades económicas que se podiam levar acabo nestas zonas, e que nesta óptica garantiriam em certa medida o desenvolvimento destas regiões.

A complementaridade acima mencionada, está relacionada com a convicção de que, as zonas rurais estão preparadas e munidas para serem transformadas em pólos de desenvolvimento, sustentados com recursos naturais próprios. Contudo, estas zonas necessitam de serviços bancários, com mais relevância o crédito bancário a pequenos e médios empreendimentos que encontrariam, nas zonas rurais, a matéria prima suficiente e capaz de proporcionar uma produção a custos baixos.

Por se tratar de investimentos em actividades de geração de rendimentos, material de trabalho e outros, em certa medida, a mão-de-obra seria contratada localmente, garantindo assim um salário e um certo poder de compra dos cidadãos locais, o que implicaria um mercado garantido para a produção local. Uma vez que a produção seria levada a cabo localmente, provavelmente com relativos custos baixos, significaria um preço final também baixo, logo, um todo pacote de mitigação dos efeitos da inflação.

Com este cenário, estaríamos diante de um crescimento e desenvolvimento sólido e consistente, por estar assente a nível local e com tendências de propagação a níveis nacional, que pode ser uma das soluções para a luta contra a pobreza absoluta.

1.5 Objectivos

1.5.1 Objectivos gerais

O presente trabalho objectiva ilustrar o impacto da criação de uma linha de crédito bancário especializada no financiamento de investimentos destinados a dinamizar as actividades económicas centradas localmente. O trabalho visa ainda mostrar a viabilidade de se investir nas zonas rurais, do uso racional das potencialidades económicas virgens apresentadas pelos distritos, de forma a atribuir cada região uma especialização própria de produção e alcançar um desenvolvimento assegurado e sustentado do país.

1.5.2 Objectivos específicos

- Analisar o sector financeiro
- Captar o impacto do crédito no processo de desenvolvimento local;
- Explicar as alternativas de desenvolvimento local com base em investimentos de transformação de matéria-prima local.

1.6 Limitações da Pesquisa

Algumas dificuldades foram encontradas na recolha da informação necessária. Dado que uma das realidades do nosso país é o facto de inexistência de um padrão dinâmico de registo de informação, sobretudo, ligada a área de crédito de forma desagregada. Para todos os efeitos, o trabalho foi conduzido com vista a maximizar a informação disponível e tirar conclusões consistentes.

1.7 Variáveis Relevantes

O trabalho será conduzido na base de quatro palavras-chave, nomeadamente *crédito, investimento, crescimento e desenvolvimento*. De um modo geral, as palavras acima mencionadas, nesta análise, assumirão o poder de variáveis relevantes.

Na tónica das variáveis relevantes, o trabalho será norteado na medida de provar que uma política de alocação de créditos bancários, bem como a própria monitoria das actividades para o qual o crédito é concedido, podem dinamizar as actividades económicas locais e galvanizar em boa medida o crescimento e desenvolvimento.

Contudo, é de sublinhar que o desenvolvimento local depende de muitos factores que aqui não serão tratados com muita profundidade visto não fazerem parte do básico do trabalho. Conforme a exposição acima, o presente trabalho visa captar o impacto do crédito bancário às actividades económicas levadas a cabo localmente, e posteriormente fazer inferências sobre a possível relação entre o crédito e o desenvolvimento local.

1.8 Estrutura do Trabalho

Este trabalho comporta seis capítulos e os respectivos anexos. O primeiro capítulo é composto pela introdução e a respectiva apresentação do trabalho, o segundo capítulo fica reservado a revisão da literatura, o terceiro capítulo apresenta alguns conceitos e aspectos teóricos relevantes à análise, o quarto capítulo ilustra a actividade financeira

local, o quinto capítulo faz a análise do crédito como condição para o desenvolvimento, e o capítulo seis fica reservado à conclusões e as recomendações.

1.9 Metodologia

O presente trabalho é essencialmente uma análise descritiva que consiste numa pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas à pessoas ligadas a estratégias de desenvolvimento local e a política creditícia em Moçambique. Além disso, faz-se uma pesquisa electrónica na Internet que hoje constitui uma das principais fontes de qualquer tipo de conteúdo e assunto. Por fim, faz-se uso de alguns métodos estatísticos para aferir o impacto do crédito no desenvolvimento local.

A recolha de dados é essencialmente feita nos registos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e no Banco de Moçambique.

CAPÍTULO II REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura a seguir explora principalmente três questões. A primeira é o crédito ao investimento, a segunda destaca o crescimento e desenvolvimento económico e a terceira questão, a relação entre o crédito e o desenvolvimento económico.

2.1 Crédito ao Investimento

A teoria económica atribui ao crédito, desde que ofertado em condições adequadas de prazos, custos e quantidades, a possibilidade de concretizar as oportunidades de investimento promissoras *ex ante* (Peter Howells, 2001). Ainda no arcabouço teórico, o

crédito necessário ao investimento, é de um modo geral, determinado pela capacidade que uma economia têm de poupar e pela eficiência do sector financeiro da mesma.

Há cerca de 70 anos, duas posições polares se confrontam no debate sobre a relação entre o investimento e poupança. A primeira delas é a visão clássica, segundo a qual, para que haja investimento, é necessário que surja previamente a poupança correspondente. Investimento é um dos dois destinos possíveis dados ao produto social (assumindo uma economia simplificada, sem governo e sem relações com o exterior), concorrente ao consumo. Para que possa haver investimento, os agentes económicos devem abster-se de consumir todo o produto social. O excedente de renda sobre o consumo é a poupança, (Samuelson e Nordhaus, 2005).

A oposição a esta visão foi iniciada por Keynes (1933), citado por Samuelson (2005) Segundo este autor, a poupança, ao invés de se constituir no pré-requisito do investimento seria, na verdade, seu resultado, em uma economia por ele chamada de monetária ou empresarial. Nestas economias, a decisão de investir não depende da disponibilidade do produto não consumido, mas de financiamento, isto é, acesso ao crédito. A visão Kenesiana propõe que para viabilizar investimentos é necessário que o sistema financeiro seja capaz de responder à demanda por liquidez colocadas pelas empresas que desejam investir.

No que se segue, a perspectiva adoptada é a Kenesiana, centrada no papel das instituições financeiras na viabilização do investimento e do crescimento económico.

2.2 Crescimento e Desenvolvimento

Os estudos empíricos virados para a área de crescimento e desenvolvimento económico tem como um dos seus objectivos, encontrar as variáveis primárias que afectam o produto. Neste aspecto destacam-se trabalhos que dão ênfase a existência de recursos naturais associados aos factores de produção, existência de tecnologia de ponta, e nos últimos anos, os trabalhos que enfatizam o papel do capital humano em favorecer maiores

níveis de produtividade. Um estudo de Robert Solow⁷ (1957), laureado com o prémio Nóbél, usando uma análise de crescimento económico concluiu, que grande parte, cerca de 80 por cento do crescimento do produto, ao longo do período considerado, se deveu ao progresso técnico. Especificamente, Solow chegou a uma equação do crescimento do PIB que identifica o crescimento do capital e do trabalho juntamente com o progresso técnico como fontes de crescimento do produto, (Dornobush e Fisher, 2000)

Outra variável que vem sendo investigada em períodos recentes, refere-se ao poder do sistema financeiro em prover este crescimento, devido a percepção de que os bancos possuem um importante papel como transmissor da política monetária, na medida em que são responsáveis por direccionar o crédito na economia, favorecer novos investimentos que, por sua vez, acabam fomentando a actividade económica.



Seeres (1977) citado por Diniz (2006), identifica o desenvolvimento como sendo um conceito normativo, sinónimo de melhoria nas condições de vida. Esta forma de definir o desenvolvimento, levou a que alguns autores se preocupassem com as necessidades básicas da vida. Nesta ordem de ideias, Streeten (1977) citado também por Diniz (2006), defende que uma das medidas de abordar o desenvolvimento, é por via das necessidades básicas. Segundo Streeten, as necessidades básicas podem ser encaradas como o culminar de um processo de desenvolvimento de 25 anos, ao nível da experiência do pensamento, encerrando no entanto as várias formas de abordagem de desenvolvimento, tais como: desenvolvimento rural, combate a pobreza absoluta, criação de emprego por via da industrialização (pequenas e médias empresas), crescimento e distribuição de renda, entre outras abordagens baseadas em princípios de equidade social.

Para além da abordagem feita por Streeten, Diniz acrescenta aspectos ligados a complementaridade, interligações e compromissos que são parte integrante de qualquer estratégia de desenvolvimento, aspectos estes ligados a uma escolha adequada de tecnologia, a participação e o papel a desempenhar pelos organismos estatais, como

⁷ "Technical Change and the Aggregate Production Function", Agosto de 1957.

elementos a ter em linha de conta na implementação de políticas de desenvolvimento assentes no princípio das necessidades básicas.

O relatório da PNUD (1990) trata com muita ênfase a questão de desenvolvimento humano. Segundo este relatório, o desenvolvimento humano pode ser visto como um processo que conduz ao alargamento das possibilidades oferecidas a cada indivíduo. Em princípio estas possibilidades são ilimitadas e evoluem com o decorrer do tempo. Qualquer tipo de desenvolvimento implica a realização de três condições essenciais: uma longa vida, de boa saúde e aquisição de um saber que permite o acesso aos recursos necessários para auferir um nível de vida conveniente.

Diniz (2006), sublinha ser o desenvolvimento humano, um conceito recente, não depende dos factores acima mencionados, mas sim, de critérios de algumas instituições internacionais (Banco Mundial), quanto ao acesso a fundos que permitem a alteração estrutural da economia, em países menos desenvolvidos. Sublinha ainda o autor que o desenvolvimento humano não se esgota com o acesso aos fundos drenados pelo Banco Mundial, envolvendo outras dimensões igualmente importantes (apesar de difícil execução) que se prendem com a liberdade política, económica e social, a criatividade e o respeito pela garantia dos direitos fundamentais.

Neste âmbito, o desenvolvimento apresenta dois aspectos. De um lado está a criação de capacidades pessoais, e por outro, o uso que os indivíduos dão a estas capacidades, quer para fins produtivos quer para o lazer, passando por fins políticos, culturais e sociais. Portanto, sob esta abordagem, não só o nível de rendimento vai ditar o desenvolvimento, mas também a realização da pessoa humana.

2.3 A relação entre Crédito e Desenvolvimento Económico: o papel da Intermediação Financeira

Entre as principais contribuições teóricas para compreensão da importância do crédito numa economia capitalista estão as de Marx (1867), Keynes (1933) e Schumpeter (1912).

Concentrarei em Schumpeter (1912), citado por Eduardo Strechman (2006), porque trata mais directamente do papel do crédito no financiamento do desenvolvimento económico, tema central do estudo.

Como ponto de partida, Schumpeter (1912), citado por Strachman (2006), analisa o crédito corrente. Neste caso, a produção é financiada pelas receitas correntes. Mas este processo é descartado pelo autor, pois representa uma antecipação da receita, apenas repondo os recursos produtivos já existentes, não rompendo com o “fluxo circular”⁶. Essencial para o desenvolvimento económico seria a criação de poder de compra caso o tomador de crédito não apresente garantias ao banco. Dessa forma, o crédito total seria maior do que se somente houvesse crédito coberto (quando o empresário empenha bens). Em decorrência disso, Schumpeter distingue o crédito normal (entrega previa de bens) do crédito anormal (baseado em bens a serem produzidos).

Com a concessão do crédito anormal, os empresários obtêm acesso a bens antes que tenham adquirido o direito normal a estes. Assim, surge um novo poder de compra decorrente desse crédito não baseado nos bens existentes no presente. Mas esses meios de pagamentos criados fazem com que o poder de compra existente seja diminuído, (aumento dos preços), já que Schumpeter supõe a economia em pleno emprego (fluxo circular). Então, é preciso responsabilidade para criar essa modalidade de crédito por causa dos efeitos inflacionários temporários causados pelo excesso da demanda. Dessa forma, cria-se poder de compra futuro a custa do já existente (Schumpeter 1912, citado por Strechman 2006).

Mas, segundo Schumpeter, citado por Strechman (2006), o pagamento do empresário ao banqueiro restaurará a corrente de mercadorias, encerrando a inflação creditícia, pois o devedor devolverá as mercadorias ao sistema económico, agora ampliado. Após o pagamento ao banco, continuará existindo o juro do processo do crédito do fluxo circular de mercadorias, pois existem bens que servem de contrapeso ao novo poder de compra.

⁶Segundo Schumpeter (1912), o fluxo circular está relacionado com o facto de o crédito coberto não ser uma mais valia a economia, visto que, sempre que é reembolsado com os respectivos juros, apenas ocorre a reposição dos recursos cedidos anteriormente.

Contudo, esse processo necessita de limitações: um controle a quantidade de crédito deve ocorrer para que a inflação seja moderada e temporária, ou seja, as mercadorias futuras devem chegar ao mercado no seu devido tempo para garantir o poder de compra recém-criado. Dessa forma, Schumpeter demonstra a importância da concessão de crédito “a descoberto” para o desenvolvimento. Esse é um dos meios pelos quais os bancos apoiam o crescimento das firmas e se tornam fundamentais na alavancagem do processo económico, permitindo o investimento, inclusive na introdução de inovações.

No mesmo sentido, Goldsmith (1969) Shaw (1973), citados por Strechman (2006), dizem que o sistema financeiro é importante para todas actividades económicas. Logo, deficiências na oferta e na qualidade dos serviços financeiros resultariam em impactos negativos ao crescimento económico. Na análise desses autores uma das causas das diferenças das taxas de crescimento entre os países seria devida a diferenças nas condições dos serviços financeiros.

Já King e Levine (1993), citados por Strechman (2006), realizaram estudos sobre a relação empírica entre finanças e desenvolvimento para uma amostra de oitenta países de distintos níveis de desenvolvimento. Os autores encontraram uma forte e robusta correlação parcial entre a taxa do crescimento do PIB (produto interno bruto) *per capita* e o grau médio de desenvolvimento do sector financeiro no período de 1960 a 1989.⁹ O desenvolvimento financeiro também foi associado pelos autores com outros indicadores de crescimento, como: o crescimento dos investimentos, as melhorias na produtividade, entre outras variáveis utilizadas. Essas correlações se mostraram significativas e positivas. Segundo eles, o nível de desenvolvimento financeiro do início dos anos 1960 foi ainda mais relevante para previsão do crescimento do PIB *per capita* de 1960 a 1989. Então, o crédito torna-se uma variável-chave para o desenvolvimento futuro. A resenha mais completa da literatura sobre o tema encontra-se em Levine (2004), quem aborda

⁹ O “nível do desenvolvimento financeiro” foi calculado por quatro índices: a razão do passivo líquido do sistema financeiro pelo PIB; os depósitos a vista dos bancos domésticos somados aos do banco central; a razão da dívida do sector privado não-financeiro pelo crédito total doméstico; e a dívida do sector privado não-financeiro em relação ao PIB. Esses indicadores analisavam, respectivamente, o financiamento formal do produto; a importância das instituições financeiras; e os dois últimos mostravam a distribuição dos artigos domésticos entre crédito privado e público.

questões como custos de informação, de intermediação, monitoria e riscos associados aos portfólios de investimento e de liquidez.

Levine (2004), citado por Strechman (2006), mostra como os bancos podem auxiliar na promoção do crescimento económico. Um dos impactos positivos dos intermediários financeiros é poderem reduzir os custos do processo de informação e desenvolver a alocação de recursos (Boyd e Prescott, 1996; Stiglitz, 1989a; 1989b), citados por Strechman (2006). Sem intermediários, cada investidor tem um grande custo fixo associado a busca de informação, e seria benéfico se um grupo de indivíduos constituísse um intermediário financeiro para gerir informações aos outros investidores. Assim, os intermediários financeiros desenvolveriam, *ex-ante*, a avaliação das possibilidades de investimento e poderiam acelerar o crescimento económico. Também como consequência desse processo de gestão de informação, os intermediários consolidariam as firmas mais promissoras.

Ademais, com a existência de um custo para aderir aos intermediários, maior seria o número de indivíduos que poderia dispor dos intermediários com o crescimento económico. Isso aperfeiçoaria a habilidade deles de produzir informações com impactos favoráveis ao desenvolvimento. Ainda os intermediários podem impulsionar a taxa de inovação tecnológica ao identificar os empresários com melhores chances de sucesso em novos bens e processos produtivos (King e Levine 1993, citados por Strechman 2006).

Já em relação a gestão corporativa¹⁰, os bancos detêm um papel relevante. O monitoramento pelos accionistas e credores induz os grandes a maximizarem o valor da empresa, aprimorando a eficiência na alocação de recursos e aumentando a disposição dos poupadores de financiarem a produção. Com a ausência de intermediários financeiros que melhorem a gestão corporativa, as poupanças poderiam não fluir para investimentos lucrativos (Stiglitz e Weiss 1981, citados por Strechman 2006). A existência de um intermediário financeiro actuante (mobilizando as poupanças e emprestando-as para as

¹⁰ Este termo abarca praticas entre accionistas, conselho de administração, directoria, auditoria independente e o conselho fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa.

firmas) economiza custos de monitoramento por fazê-lo agregadamente e elimina o problema da boleia¹¹ (“*free-rider*”).

Segundo Levine (2004), citado por Strachman (2006) os intermediários também podem atenuar o risco. Enquanto os poupadores têm aversão ao risco, os projectos de alto retorno tendem a ser mais arriscados em relação aos de baixo retorno. Nesse sentido, os intermediários financeiros auxiliam os indivíduos na diversificação do risco induzindo uma maior troca de portfólio para projectos com altas expectativas de retorno com implicações positivas sobre o crescimento. Também existe a diversificação no decorrer do tempo, investe-se com uma perspectiva de futuro considerável com a presença de intermediários de longo prazo, proporcionando baixo retorno nos momentos de prosperidade económica, mas de alto retorno durante as recessões.

Outro tipo de risco é da liquidez¹². Levine (2004), citado por Strachman (2006), afirma que os intermediários financeiros possibilitam o aumento da liquidez, reduzindo o risco dos investimentos e influenciando favoravelmente o desenvolvimento. Isso se deve ao facto dos investimentos de alto retorno em geral necessitarem de um prazo maior de maturação para gerar a liquidez que permita o poupador ter acesso ao seu capital aplicado. Assim, existiria um maior risco de liquidez em projectos de alto retorno (investimentos ilíquidos). Já os investimentos de baixo retorno (investimentos líquidos) têm um prazo pequeno de maturação permitindo aos poupadores resgatar seu capital aplicado em um pequeno intervalo de tempo, ou seja, com menor risco de liquidez. Mas os bancos podem empreender uma combinação entre investimentos de baixo retorno (para satisfazer a demanda por depósitos) e alto retorno, oferecendo depósitos líquidos para os poupadores que desejarem resgatar seu capital antes do período de maturação. Nesse, caso os bancos escolheriam uma combinação apropriada entre investimentos de alto e de baixo retorno. Assim, os intermediários financeiros proveriam um seguro aos

¹¹ Esse problema surge quando um agente individual não arca com os custos da produção de boa qualidade de informação gerada pelo monitoramento.

¹² O risco de liquidez pode ser definida como a capacidade da riqueza ser convertida rapidamente na forma líquida do capitalismo, a moeda.

poupadores contra o risco de liquidez, enquanto facilitariam o investimento de longo prazo em projectos de alto retorno, proporcionando ao empresário o capital necessário.

A mobilização de poupanças também pode receber um impulso com a presença dos intermediários financeiros, pois quanto mais eficientes esses agentes, maior o impacto positivo para o crescimento económico. Essa actividade de mobilização envolve a superação dos custos de transacção para obtenção de poupança dos indivíduos e da assimetria de informação dos poupadores, por se sentirem desconfortáveis. Os arranjos financeiros poderiam surgir para atenuar essas imperfeições e facilitar a mobilização de poupanças, aumentando o fomento de capital para os agentes deficitários com recursos daqueles com excesso de riqueza.

Levine (2004), citado por Strachman (2006), ainda aponta outra influência positiva dos intermediários financeiros citando Adam Smith, afirmando que a especialização está “por trás” do aumento da produtividade. Assim ao introduzir o dinheiro haveria diminuição dos custos de transacção, permitindo a especialização. Mas, esses custos cairiam gradualmente no decorrer da inovação financeira, e não somente ao adoptar o dinheiro na economia. Entretanto, essa maior especialização é conseguida com um maior número de operações realizadas, então, o desenvolvimento económico também acarreta o desenvolvimento financeiro (Greenwold e Smith 1996, citados por Strachman 2006). Ademais, com um menor custo de transacção para transformação do capital financeiro em produtivo, o investimento torna-se mais acessível e interessante, um aspecto positivo para o desenvolvimento económico.

CAPÍTULO III

Conceitos Ligados ao Desenvolvimento Local

Este capítulo vai debruçar-se sobre alguns conceitos teóricos considerados importantes para compreensão da análise.

3.1 Pequenos e Médios Investimentos

Os padrões de investimento desempenham um papel importante na economia de um país. Os países que consomem maior parte da sua renda tendem a ter níveis de poupança baixos, o que lhes confere menor disponibilidade de fundos emprestáveis, implicando desta forma, baixos níveis de investimento, arrastando assim a economia para taxas de crescimento também baixas.

De um modo geral, o investimento pode ser visto como a actividade económica que visa a aplicação de recursos com vista a obter ganhos futuros. A actividade de investir depende de vários factores, como a ordem política, económica e sociocultural, embora mais particularmente de ordem económica, (Cadilhe, 1990).

Os pequenos e médios investimentos não fogem a definição de investimento no sentido geral. Contudo, é de sublinhar que são mais aplicáveis no contexto de economias pequenas, ou seja, economias em desenvolvimento. No caso de Moçambique, que é também uma economia pequena, o conceito de pequenos e médios investimentos anda associado as pequenas e médias empresas, que são apontadas por muitos analistas¹³ como uma das alternativas para galvanizar o desenvolvimento do país.

Moçambique é um país em desenvolvimento, apresenta níveis de investimento relativamente baixos, apesar de ser virgem e promissor em matéria de retorno de investimento. No período em análise (1996 – 2005), verificou-se que o país tem estado a

¹³ Ernesto Gove governador do banco de Moçambique e Ludgero Marques, presidente da Associação Empresarial de Portugal

beneficiar de alguns mega-investimentos que contribuem significativamente para o aumento do rendimento. Tal é o caso da Mozal na província de Maputo, o projecto de areias pesadas na província de Gaza, Sasol na província de Inhambane, projecto de exploração de carvão mineral em Tete, entre outros.

Segundo a KPMG (2005), as pequenas e médias empresas, tem encontrado em Moçambique muito espaço de imergência, visto terem sido criadas acima de duas centenas de novas empresas no período em causa, somente na zona sul. As pequenas e médias empresas em Moçambique surgem no contexto de grandes projectos, como provedoras de serviços complementares. Os sectores de serviços e comércio são os que registaram e continuam a registar o maior número de PME's, segundo informações colhidas no Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Este cenário é justificado pelo facto do ciclo de negócio dos sectores mencionados serem curtos e menos arriscados, o que facilita o acesso ao crédito bancário em detrimento de investimentos em outros sectores. As PME's encontram-se maioritariamente concentradas nas grandes cidades, nomeadamente Maputo, Beira e Nampula. São apontados como justificação as melhores vias de acesso que aquelas cidades têm, a aglomeração comercial destas cidades, a questão de mercado garantido, factores ligados a acomodação dos próprios colaboradores bem como a disponibilidade do próprio capital humano. Contudo, é importante sublinhar, que mais para o fim do período em análise de 2002 à 2005, e com mais vigor até as datas de hoje, tem se notado uma maior tendência de muitas PME's se fixarem mais para o interior das províncias. Contudo, a maioria são ligadas a indústria do turismo, sector este, que tem estado a registar um crescimento assinalável na prestação de serviços e maior contribuição no rendimento nacional, (KPMG 2005).

3.2 Desenvolvimento Local

A forma clássica de abordar o desenvolvimento local pode-se extrair dos escritos de Alfred Marshal (1890 – 1996), citado por Ladislau Dowbor (2006). Autor de uma gigantesca obra sobre o estudo de tendência de concentração de firmas e especialização regional das actividades económicas como factor de desenvolvimento. Segundo estes

escritos, estas aglomerações locais de actividades, possuem características comuns que permitem, especialização sectorial, predominância de PMEs, cooperação, competição inter-firmas determinadas pela inovação, troca de informação baseada na confiança socialmente construída, organizações de apoio activo na prestação de serviços e parceria estreita com o sector público local.

Na teoria económica o desenvolvimento local pode tomar outras designações de acordo com a economia em causa, enquanto que mais para o lado real, o desenvolvimento local têm enquadramento nas chamadas economias locais. Economias locais são órgãos locais com autonomia administrativa financeira e patrimonial. É definido também como uma forma de envolvimento directo dos cidadãos nas decisões e soluções dos problemas locais independentes em certa medida da gestão central (Chichava, 1998). Para o caso de economia de Moçambique, o desenvolvimento local pode ser melhor espelhado pelo conceito de desenvolvimento rural, que neste caso nos remete as economias rurais.

Sendo o objectivo principal do presente trabalho analisar a importância do crédito bancário no desenvolvimento local, é importante trazer em debate o aparato financeiro rural que se vive, ou seja, a secção a seguir vai apresentar o cenário das finanças locais, em linha com o desenvolvimento rural materializado com base no financiamento das principais actividades das zonas rurais.

3.3 Conceito de Finanças Locais

Finanças locais são o conjunto dos projectos, das instituições intermediárias (bancos comerciais, agro-industriais, etc.), que trabalhando com os agentes privados de todos os sectores económicos e sociais, e com os camponeses em geral, nas zonas rurais e peri-urbanas, providenciam, ou criam as condições para fornecer serviços financeiros ou uma maior bancarização dos agentes económicos e das comunidades rurais (Ellis, 1993)

3.4 Procura de Serviços Financeiros Locais

A procura de serviços financeiros locais é direccionada à satisfação de actividades de vários sectores. De seguida apresentaremos algumas razões para a procura de crédito.

3.4.1 Sector Agrícola

A procura de crédito para a agricultura destina-se a satisfação de varias necessidades. Não é possível arrolar todas as necessidades, mas a seguir apresentamos algumas.

➤ Crédito a Produção

Aquisição de insumos de produção

Muitas actividades agrícolas sobretudo em países em desenvolvimento são feitas manualmente. A aquisição de insumos implica a aquisição de sementes, pesticidas e fertilizantes como forma de realizar a produção. Os insumos são adquiridos na sua maioria de comerciantes e algumas empresas distribuidoras e as vezes os agricultores usam sementes da campanha anterior. Mas nesse caso eles precisam de sementes melhoradas o que também acarreta custos. São constituídos por sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas, fornecidos por comerciantes locais e empresas distribuidoras de sementes.

Preparação e manutenção dos campos

Apesar de alguns médios e grandes agricultores alugarem equipamentos e contratarem mão-de-obra, a maior parte dos agricultores usa mão-de-obra doméstica e não tem acesso a crédito para aluguer de equipamento e/ou contratação de mão-de-obra.

➤ Crédito ao Processamento

Existem grandes oportunidades de negócio no sector do processamento que é negligenciado principalmente quando se trata de produtos agrícolas. Essa demanda de

crédito é direccionado a processamento de pequena escala como moageiras e debulhadoras.

➤ **Crédito a Comercialização**

O crédito a comercialização é o que mais se destaca nas zonas rurais para a compra da produção, armazenamento e transporte. A maior parte das vezes as instituições financeiras dão preferência a disponibilização do crédito na comercialização agrícola, isto é, os comerciantes em detrimento dos produtores.

3.4.2 Sector de Pescas

A pesca também é outro sector que necessita de financiamento local, que joga uma grande importância no desenvolvimento local. As finanças locais ainda não conseguiram responder a toda demanda de serviços financeiros do sector da pesca, sobretudo a pequena escala, porque a grande escala tem tido facilidades de financiamento.

➤ **Crédito a Produção**

Os pescadores artesanais necessitam de crédito para a aquisição de insumos e equipamentos como redes, barcos, motores, etc. Os comerciantes e associações de pescadores podem desempenhar um papel activo na provisão de crédito a este segmento de mercado, mas estes têm também poucos recursos financeiros.

➤ **Crédito a Comercialização**

Os pescadores precisam de crédito para aquisição de equipamento de refrigeração do seu pescado, e o equipamento de refrigeração necessário é caro, o que carece de financiamento. Por isso o pescado é comercializado seco por pequenos agentes que transportam o produto das zonas costeiras para os mercados do interior.

Os comerciantes também precisam de transporte próprio com frigoríficos para armazenarem o pescado.

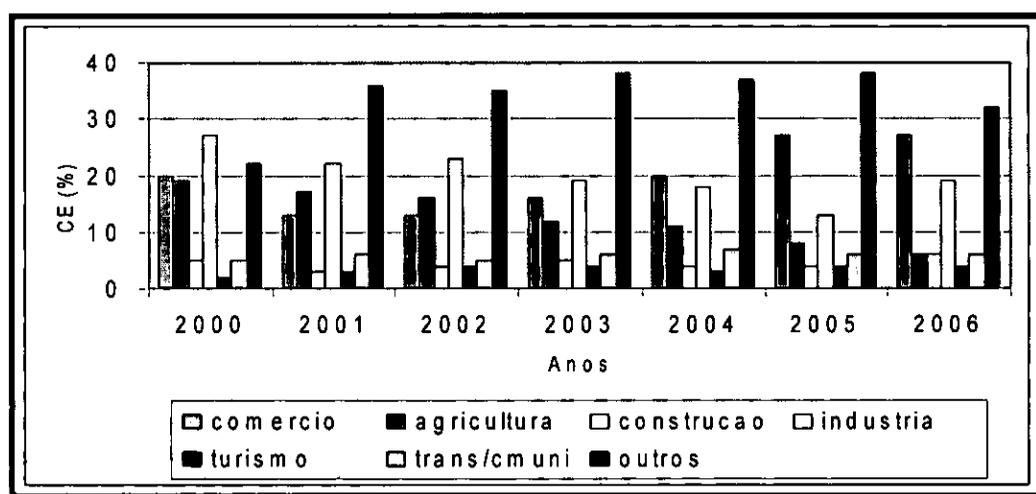
3.4.3 Sector de Comércio

O comércio também necessita de financiamento para a aquisição de produtos e sua comercialização de forma a reduzir os custos em distância e tempo na aquisição de produtos de primeira necessidade.

3.4.4 Outros sectores

Além dos sectores supracitados as famílias também precisam de finanças locais para o consumo, para fazer algumas poupanças porque, vezes há, em que acumulam algum rendimento da sua produção e não encontram localmente um parceiro seguro para guardar o seu dinheiro. A Figura 1 abaixo, mostra a distribuição do crédito por sectores.

Figura 1: distribuição de crédito por sector



Fonte: compilado pelo autor apartir de dados do BM

A Figura 1 acima ilustrada mostra a distribuição do crédito por sectores da economia. Do ano 2000 à 2006 pode-se verificar que o crédito destinado ao sector que melhor se identifica com as zonas rurais, o sector agrícola, reduziu gradualmente. Os sectores de comércio, indústria e outros, foram os que melhor se destacaram em termos de prioridade de alocação de crédito.

CAPÍTULO IV

ACTIVIDADE FINANCEIRA LOCAL EM MOÇAMBIQUE

Nesta secção abordaremos a situação dos serviços financeiros locais em Moçambique, sobre a sua importância para o sector agrário e outras perspectivas, com vista a potenciar as zonas rurais com um serviço financeiro útil e eficiente.

4.1 Realidade Actual

O serviço financeiro destinado ao empresariado local é bastante incipiente em Moçambique e com uma limitada implantação geográfica.

A banca comercial formal tem tido uma preferência quase absoluta pelo financiamento de grandes empreendimentos e de operações comerciais relacionadas com as importações e exportações. As condições de acesso ao crédito destas instituições são limitativas à maior parte do empresariado local, em particular ao de média e pequena dimensão. O algodão, o tabaco e a castanha de caju são os produtos, cujo processo de comercialização tem sido abrangido pelas operações de financiamento da banca.

Limitadíssimas operações de financiamento estão dirigidas ao pequeno camponês, baseando-se a maior parte delas em financiamentos em espécie de sementes, agroquímicos e utensílios agrícolas. As concessionárias para a comercialização do algodão e do tabaco são as que desenvolvem operações de financiamento em espécie, de maior vulto, ao pequeno camponês. A sociedade de gestão e financiamento para as pequenas e médias empresas (GAPI) tem também, ainda que de forma experimental, efectuado operações de financiamento a associações de camponeses, destinadas à comercialização de produtos agrícolas.

O empresariado local tem beneficiado de algumas operações de financiamento, com expressão ainda muito limitada, que têm vindo a ser realizadas pela Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural, pelo GAPI e pelo Fundo de Fomento de

Pequenas Indústrias, e também de operações de "leasing" que tem vindo a ser feitas pelo Departamento de Gestão de Projectos. Os fundos estatais existentes, Fundo de Apoio a Reabilitação Económica, no Ministério das Finanças, Instituto do Caju, Fundo de Fomento Agrário e o Fundo da Hidráulica Agrícola no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)¹⁴, Fundo de Fomento Pesqueiro, no Ministério das Pescas e Fundo de Comércio Agrário, no Ministério da Indústria e Comércio têm constituído também fontes alternativas de financiamento para o empresariado rural.

O crédito de alguns fornecedores de bens de consumo, importadores na sua maior parte, tem sido outra das alternativas para dar cobertura às necessidades financeiras, para alguns dos empresários locais. De uma forma geral, estas operações financeiras não tem abrangido o empresário agrícola, beneficiando principalmente os comerciantes, os transportadores, os industriais e outros.

Os empresários pecuários têm vindo a beneficiar dos programas de repovoamento bovino que, em condições financeiras favoráveis. Os avicultores, em particular os de média e grande dimensão, devido ao seu posicionamento no mercado e à sua modernização, têm tido possibilidade de acesso ao sector bancário comercial. Os operadores florestais para corte e transformação da madeira, tratando-se também de um produto em alta nos mercados, em particular o externo, possuem também um acesso fácil à banca comercial.

As principais dificuldades no acesso ao crédito da banca comercial, por parte do empresariado local, têm sido:

- Os prazos concedidos para a liquidação dos créditos, muitas vezes inadequados às expectativas dos clientes;
- Os juros praticados são altos
- As exigências de garantia (apenas imóveis).

¹⁴ Actualmente designa-se de MINAG (Ministério de Agricultura) a vertente de Desenvolvimento passou para o novo Ministério de Planificação e Desenvolvimento em 2005.

As operações de depósito estão limitadas aos centros em que existem balcões do sistema bancário formal, sendo por isso pouco utilizadas pela maior parte do empresariado local, e praticamente desconhecidas para o pequeno camponês.

Para o caso das outras instituições financeiras, a sua insuficiente disponibilidade de fundos tem sido um dos principais entraves à expansão das suas actividades. Debatem-se também com os elevados custos de gestão das operações de financiamento e com o "risco" que os investimentos em zonas rurais apresentam, com garantias pouco sólidas, e caracterizado também por limitados conhecimentos de gestão e poucos anos de experiência.

Segundo o Relatório Anual do BCIFomento (2005), a desvalorização constante do Metical, tem sido um dos factores que tem conduzido ao agravamento das taxas de juro, e também à descapitalização dos Fundos de Crédito das instituições de financiamento, que procuram contrapor os seus efeitos privilegiando as operações de curto prazo e as que forem realizadas em moeda externa.

O mercado financeiro das zonas rurais é amplo e disperso, e tem-se mostrado crescente, tendo em conta o número de novos operadores que entram nos diferentes circuitos. As zonas de maior potencial agrário têm naturalmente uma certa concentração dos potenciais clientes. Para os operadores financeiros este mercado mostra-se ainda pouco atraente, excepto para os produtos em alta nos mercados e para empresários com garantias aceitáveis.

Das conclusões extraídas do processo de pesquisa a nível provincial, no decurso da programação do PROAGRI II, ficou patente a preocupação manifestada pela maioria dos entrevistados, referente à necessidade de existir um serviço financeiro que garanta de forma adequada e eficiente a cobertura das necessidades financeiras dos operadores económicos do sector agrário.

Contudo, o conjunto de limitações existentes ao desenvolvimento destas regiões faz subentender que, um serviço financeiro com tal vocação deverá fazer parte de um “pacote” alargado de acções de suporte, incluindo em particular os elementos relativos a tecnologia; informação, capacitação e treinamento; aprovisionamento de insumos; meios mecanizados; infra-estruturas; comercialização dos excedentes (mercados); transformação das produções locais.

O estabelecimento do serviço financeiro, poderá também servir de alavanca ao desenvolvimento da parte dos “elementos” deste pacote, que puder ser “mercantilizada”, através da criação de linhas de crédito direccionadas.

Moçambique possui um alto potencial agrário adormecido¹⁵. O desenvolvimento agrário exige investimentos. Os fundos necessários quer ao financiamento do investimento quer ao funcionamento do sector agrário deverão estar disponíveis para os empreendedores.

As políticas agrárias deverão assim, entre outras questões, procurar dar uma resposta clara às questões relativas a: como motivar os empreendedores e os operadores financeiros para a actividade agrária, para que áreas o empresariado nacional ou residente deverá ser direccionado e para que áreas atrair o investidor externo.

4.2 As Perspectivas para o Sector Financeiro Local

Os operadores apostados em garantir este tipo de serviços são em número limitado, observando-se fortes barreiras a entrada de novos “actores”, sendo os meios financeiros necessários e o conhecimento do ambiente económico as mais marcantes. Os custos operacionais desta actividade são elevados. A possibilidade de rentabilização dos operadores depende essencialmente do volume da carteira de crédito.

¹⁵ Terra arável, rios navegáveis e uma fauna diversificada

O desenvolvimento da actividade de financiamento ao empresariado local, considerado fundamental para o crescimento económico das zonas rurais, está assim fortemente dependente de suportes externos ao processo.

A problemática de criação de um sólido sector financeiro local tem vindo a ser recentemente abordada por diferentes entidades e sectores, existindo já desenhos de programas a serem brevemente implementados e que proporcionarão uma certa organização e desenvolvimento desta actividade, sendo de salientar as iniciativas suportadas pelo Instituto de Fomento Agrário e Desenvolvimento/Banco Africano de desenvolvimento e pela USAID. Existe assim uma perspectiva optimista quanto à evolução do sector, sendo no entanto necessário vencer as barreiras à entrada de novos operadores ou desenvolver substancialmente as instituições existentes de forma a garantir uma maior cobertura geográfica destes serviços.

4.3 Os Serviços Financeiros para o Camponês

No actual estágio de evolução tecnológica, o sector camponês moçambicano vem operando numa situação de investimento zero. As sementes são produto da colheita anterior, as enxadas, catanas, machados e foices são adquiridos em cada três anos, os animais são criados livremente, e a mão-de-obra é a família, cujo sustento é garantido pela produção e pelo rendimento da venda de uma parte da produção.

Este sector goza assim de uma certa independência em relação ao ambiente económico onde se enquadra, sendo por isso conservador em relação a práticas tecnológicas que alterem substancialmente o seu mecanismo de sobrevivência.

As dificuldades financeiras deste sector ocorrem normalmente nos anos de colheitas anormais, que reduzam o seu rendimento no acto de venda da produção.

Para o desenvolvimento do sector camponês, através de processos de diversificação de culturas ou de aumento de áreas de cultivo, dever-se-á ter em linha de conta as

características do seu actual processo produtivo e as suas expectativas, criando-se as garantias necessárias.

As experiências dos concessionários para a comercialização do algodão e do tabaco, em que estes proporcionam a garantia do aprovisionamento de sementes e agro-químicos e também da comercialização, tem sido um pouco satisfatória sempre que o mercado destes produtos seja favorável. Contudo não estão criados mecanismos para as épocas de baixa de preço nos mercados, em que os concessionários se limitam a imputar ao produtor a quase totalidade da diferença de preços, ocasionando por vezes prejuízos consideráveis nos seus rendimentos. Mais graves são as situações, já observadas, em que tais concessionários se demitem da responsabilidade de compra dos produtos, ficando estes nas mãos do produtor.

Este tipo de solução para o desenvolvimento do sector camponês, desde que sejam criadas as "seguranças" necessárias, parece ser o modelo de "financiamento" adequado ao sector.

As associações de produtores têm também constituído uma "fórmula", usada com algum sucesso, para a canalização de meios de produção, em espécie, aos seus membros, procurado também estas associações, garantir a comercialização dos produtos.

Os financiamentos ao sector camponês, em meios líquidos, mostram-se necessários para facilitar o seu processo de sobrevivência em anos agrícolas anormais em que se verifica uma redução considerável dos seus rendimentos. Alternativamente o sistema de ajuda de emergência, estabelecido em Moçambique, tem vindo a constituir o mecanismo de mitigação para tais situações.

A promoção dos camponeses, que mostrem uma maior propensão para produzir para o mercado, poderá criar um ambiente favorável para este grupo ser abrangido por acções de financiamento através de instituições especializadas.

No âmbito dos serviços para a captação de poupanças deste sector nada se encontra desenvolvido em Moçambique. Os rendimentos monetários obtidos pelos pequenos agricultores são guardados pelos mesmos, utilizando-os ao longo do ano. Considerando que este sector actualmente se responsabiliza pela colocação no mercado de mais de 90% dos diferentes produtos agrícolas, e que a quase totalidade do valor dos mesmos fica amealhado fora dos circuitos bancários, penetrando no mesmo ao longo do ano, poder-se-á afirmar existir uma grande potencialidade para uma utilização mais dinâmica destes meios financeiros. Porém, os custos do processo de captação destas poupanças inviabilizam iniciativas neste sentido, sendo por isso necessário pesquisar formas alternativas, “não clássicas”, que possa ser usadas para o efeito.

O comércio rural, através de um sistema de “vales” a serem regularizados no momento da venda da produção, já foi um mecanismo utilizado pelos pequenos camponeses para solução dos seus problemas financeiros. Este processo caiu em desuso.

4.4 Algumas Acções de Incentivo aos Operadores Financeiros

Os operadores financeiros actualmente existentes tem uma capacidade limitada de penetrar no mercado financeiro local, quer seja pela sua inadequada estrutura organizativa, quer pela insuficiente capacidade financeira, quer também pelos custos e riscos envolvidos. Deste modo, a motivação dos mesmos terá necessariamente que ser endereçada com enfoque na solução de tais problemas.

A mobilização de meios financeiros tendo como objectivo a capacitação institucional e operativa destes agentes torna-se assim um factor essencial para a promoção dos serviços financeiros locais.

A redução dos riscos da actividade financeira nas regiões rurais constituirá também uma prioridade para o seu desenvolvimento, podendo esta ser atingida aumentando o nível de desempenho da clientela potencial e/ou criando mecanismos de mitigação dos riscos envolvidos.

Fundos de Reserva¹⁶, geridos preferencialmente por entidades independentes, que possam cobrir os incumprimentos nos financiamentos dirigidos ao sector agrícola, em anos agrícolas considerados “anormais”, com prejuízos para os produtores, poderá ser uma opção de solução imediata deste problema, garantindo que os fundos de crédito dos operadores financeiros continuem a manter o seu volume, podendo portanto voltarem a ser injectados na actividade agrícola. (Nota: *não existiria o perdão do crédito para o mutuário, mas sim a sua renegociação*). Fundos de Garantia¹⁷, em particular abrangendo o novo empresário local, poderão ser estabelecidos como forma de garantir a entrada de um maior número de agentes na actividade económica local.

4.5 Algumas Acções de Incentivo ao Empresariado

A “procura” pela integração de um maior número de empresários agrários tem de ser uma acção premeditada e eficientemente dirigida. Os novos empresários poderão surgir, quer a partir do desenvolvimento de uma parte dos pequenos camponeses, quer a partir das escolas especializadas, quer ainda de iniciativas de investidores que apostem neste sector. Algumas acções de “importação” de empresários agrários têm sido realizadas, esperando-se que o efeito de demonstração possa ter repercussões nas iniciativas do empresariado local.

Os programas de suporte ao empresariado agrário terão que necessariamente ter a forma de “pacotes”, integrando as componentes necessárias ao investimento inicial e ao funcionamento das unidades de produção. A sua concepção e implementação deverão estar adequadas às características de cada uma das regiões, com mensagens claras e motivadoras ao investimento neste sector.

O empresariado agrário depende também de um conjunto de outros agentes económicos que se dediquem às actividades de suporte á produção (aprovisionamento de insumos, serviços financeiros, comercialização e transformação dos produtos, serviços de

¹⁶ São recursos destinados a cobrir prejuízos derivados da inadimplência.

¹⁷ São recursos apresentados como forma de reduzir o fisco associado a concessão de crédito.

mecanização de trabalhos agrários, fornecimento, manutenção e reparação de equipamentos, assistência técnica, etc.), que também terão que ser "alvos" a serem atingidos de forma integrada, pelos "pacotes" criados.

4.6 O MADER e os Serviços Financeiros Locais

O MADER possui instrumentos activos de provimento de serviços financeiros (o INCAJU, o Fundo de Fomento Agrário e o Fundo de Hidráulica Agrícola, actualmente em processo de fusão), que poderão directa ou indirectamente proporcionar o suporte ao desenvolvimento desta actividade.

Este processo poderá ser implementado quer com a criação de Fundos de Reserva e dos Fundos de Garantia, quer ainda com o apoio à capacitação dos operadores financeiros locais, sendo que algumas destas acções já se encontram a ser aplicadas.

O melhoramento dos sistemas de suporte financeiro ao pequeno camponês poderá ser substancialmente melhorado, renegociando-se as condições das concessões (casos do tabaco, algodão e outros produtos que possam ser objecto deste sistema), e criando-se mecanismos de protecção para as épocas de baixas de preços nos mercados. Os Fundos de Garantia poderão também ser usados a favor da actividade das associações de camponeses, ou ainda dos camponeses com alta propensão de produzir para o mercado, de forma individual.

Por outro lado, a Direcção Nacional de Extensão Rural tem vindo a desenvolver acções de promoção de micro-finanças em zonas rurais, executadas por terceiros, ainda sem um impacto notório sendo, no entanto, necessário uma maior divulgação dos resultados que se vem obtendo, em especial as que se apresentem positivas.

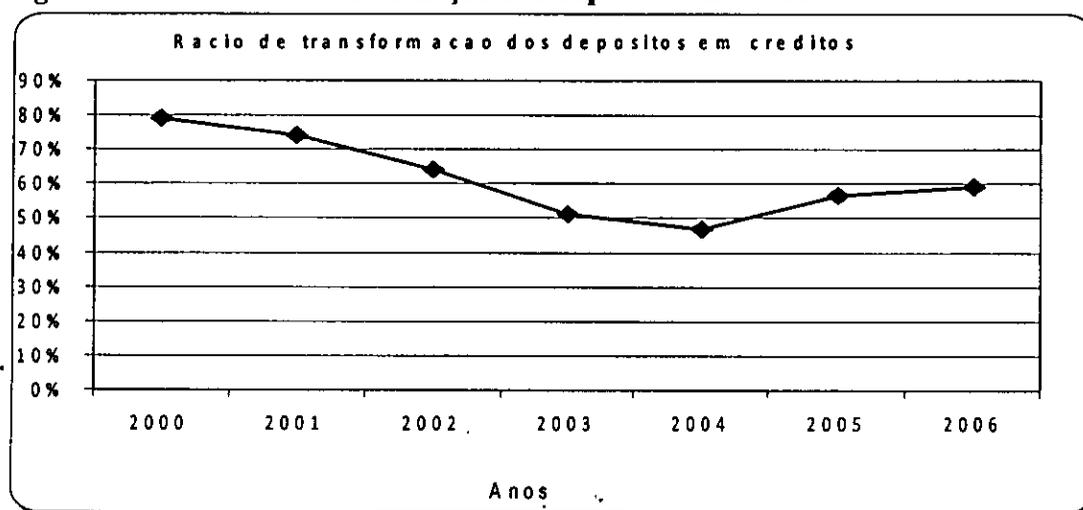
Em termos estratégicos o MADER deverá posicionar-se na cúpula de direcção do sistema organizativo dos serviços financeiros locais, em fase de criação, de forma a que este órgão possa integrar nas suas acções as prioridades e as estratégias de desenvolvimento

local, definidas pelo MADER, estabelecendo as ligações necessárias com as restantes componentes do “pacote”.

A mobilização de fundos para a actividade dos serviços financeiros locais deverá constituir uma das tarefas da agenda do governo.

A Figura dois abaixo ilustrada, mostra o grau de transformação dos depósitos em crédito, ou seja, indica a percentagem dos depósitos líquidos que são canalizados de volta a economia em forma de crédito.

Figura 2: medida de transformação dos depósitos em crédito



Fonte: extraído dos registos do BM

A Figura 2 acima, mostra graficamente o grau de transformação de depósitos em crédito para economia. Pode-se verificar que em média, cerca de 60% dos depósitos são canalizados de volta a economia em forma de crédito. Isto significa, que é necessário aumentar a renda local de forma a se assegurar um certo nível de depósitos (poupança) capaz de gerar o crédito desejado.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO CRÉDITO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE

O presente capítulo, analisa o crédito como factor determinante do desenvolvimento local. A análise será feita com base em alguns indicadores de desenvolvimento apontados como sendo mais adequados e tangíveis para o caso de Moçambique.

Para levar a cabo esta análise, são usados instrumentos de estatística descritiva sobre os dados¹⁸ referentes ao período em causa (1996 – 2005), visto ser um mecanismo apropriado para extrair os indicadores desejados, que possibilitem fazer as devidas inferências conclusivas e as respectivas recomendações.

Esta secção será repartida em três partes: relação crédito e PIB; relação crédito e inflação; e relação credito outras variáveis.

5.1 Relação Crédito e PIB

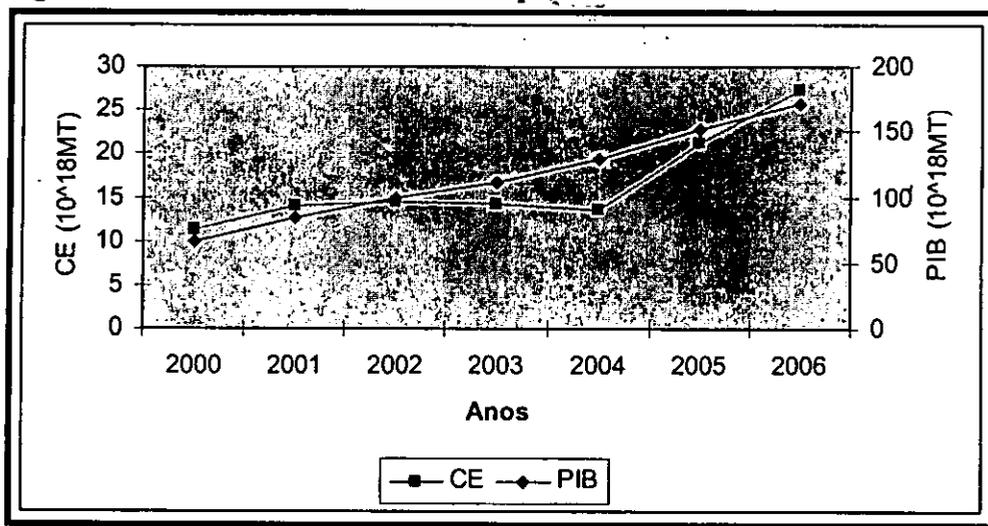
Da teoria económica pode-se extrair que o crédito é um forte determinante do investimento, o investimento por seu turno, é um forte componente do PIB e em termos reais o maior determinante do crescimento deste PIB.

A Figura 3 abaixo ilustrada, mostra o comportamento do PIB e do crédito a economia no período (2000 – 2006), e verifica-se que estas duas variáveis tiveram uma tendência crescente no período em causa. O percurso positivo do PIB reflecte o crescimento que a economia Moçambicana registou neste período. Este crescimento pode ser explicado por vários factores. Contudo, o sector financeiro, e com mais relevância o crédito a economia, é apontado como um dos principais condicionantes do cenário positivo deslumbrado pela economia, visto ter se comportado da mesma forma no período em análise.

7 Tabelados nos anexos

Uma leitura clara dos dois gráficos, pode-se concluir que existe uma forte relação entre as duas variáveis, o que justifica a expansão da economia, que pode ser interpretada como forma sustentável de fortalecimento da mesma.

Figura 3: Percurso do CE e o PIB no período 2000 - 2006

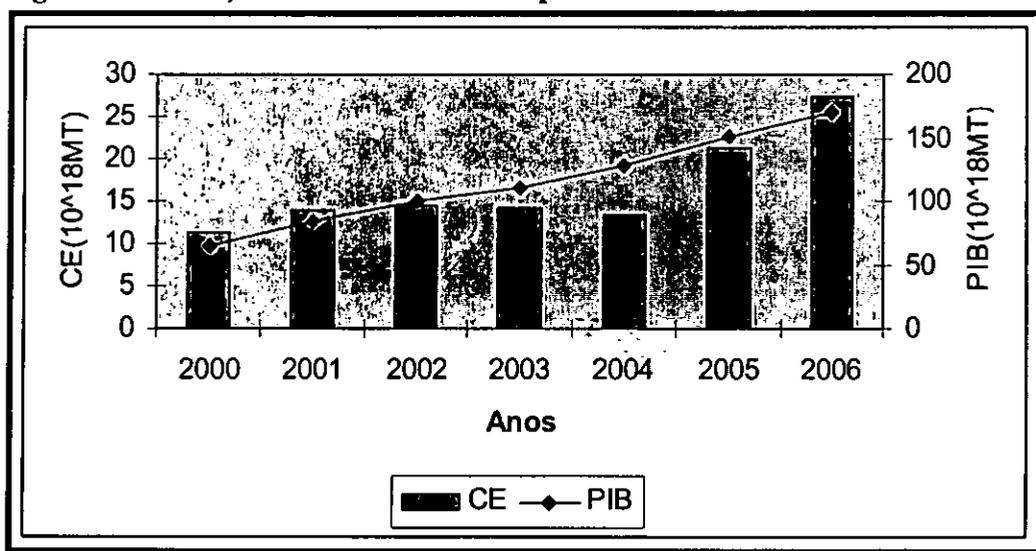


Fonte: compilado pelo autor com base em dados do BM

Neste período, numa primeira fase verificou-se que, com o crescimento do PIB a disponibilidade de crédito foi aumentando, o que inspirou melhorias na produção interna por via de maiores iniciativas de investimento. No decorrer do tempo, de um modo geral, o crédito a economia mostrou-se ser o multiplicador real da expansão do PIB, visto que a medida que o crédito se tornava mais acessível aos investidores, os padrões de crescimento da economia tendiam a disparar. Do princípio do ano 2000 ao ano 2004 as taxas de variação do CE experimentaram valores decrescentes o que desacelerou a evolução das taxas de variação do PIB em certa medida. De 2004 a 2005 as duas variáveis tiveram um desempenho positivo visto terem sofrido variações positivas situadas acima dos 10%, e de 2005 em diante, de forma conjunta as duas variáveis voltaram a decrescer, Figuras 4 e 5 respectivamente.

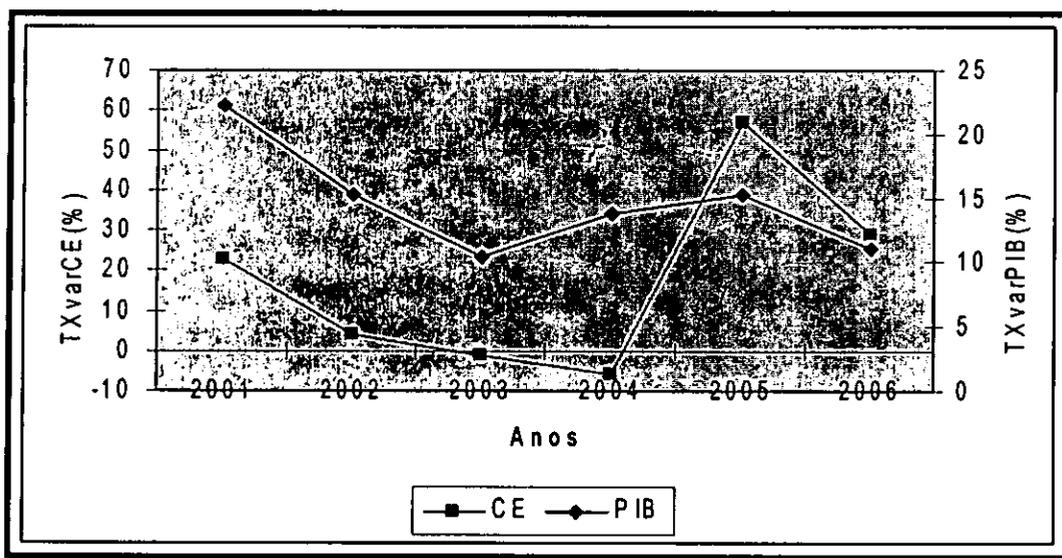
Contudo, pode-se verificar na Figura 5, que as oscilações nas taxas de variação do crédito a economia mostraram-se ser mais acentuadas que nas taxas de variação do PIB, o que pode ser justificado pelo facto do PIB depender de mais outras variáveis.

Figura 4: Evolução do CE e do PIB no período 2000 - 2006



Fonte: compilado pelo autor com base em dados do BM

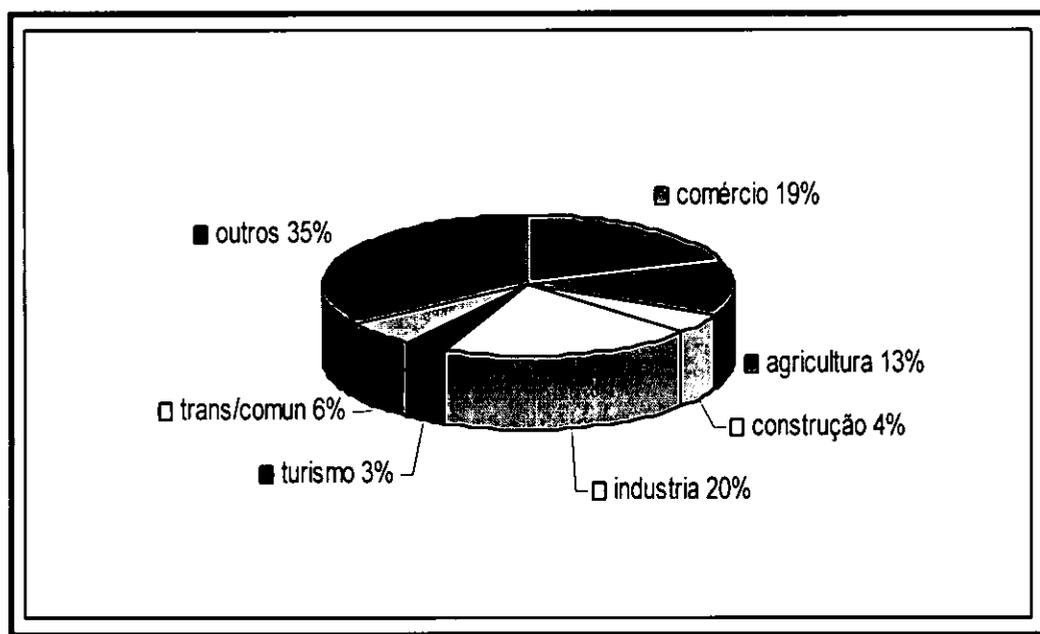
Figura 5: Evolução das taxas de variação do CE e do PIB



Fonte: compilado pelo autor com base em dados do BM

Nesta análise em que o crédito é apontado como sendo favorável ao crescimento, as evidências mostradas pelo digrama da Figura 6, abaixo desenhada, indicam que o sucesso alcançado não se deveu ao crédito de per si, mas sim, e com grande magnitude a estratégia de alocação do crédito pelos sectores chaves da economia.

Figura 6: distribuição de crédito por sectores



Fonte: compilado pelo autor com base em dados da KPMG

Como se pode observar, em média ao longo do período 2000-2006, os sectores do comércio, agricultura e indústria foram os privilegiados no processo de distribuição do crédito, este cenário é justificado pelo facto destes sectores serem responsáveis por actividades que realmente dinamizam a economia em matéria de crescimento. Contudo, realçar que o crédito à agricultura registou variações negativas, o que pode estar na base da evolução negativa das taxas de variação do PIB. Assim, toda a cadeia de crescimento económico traduzido pelo aumento do PIB, influenciado pela maior disponibilidade de crédito para investimento, fica completa e cifrado em 10% para o período em análise.

Com base em estimativas ilustradas em anexo, o PIB da economia de Moçambique cresceu a uma taxa de 10%¹⁹ no período em análise, e por outro lado, o crédito a economia experimentou uma taxa igual a 13%, o que confirma a relação de entre as duas variáveis.

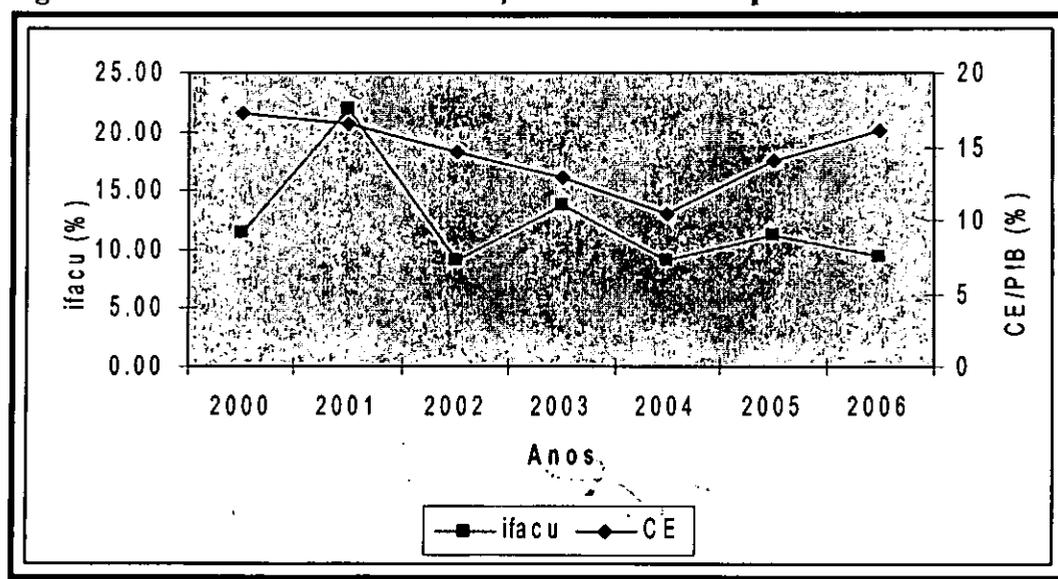
¹⁹ Anexo 1

5.2 Relação Crédito e Inflação

Este ponto de análise que trás em voga o impacto do crédito a economia no comportamento dos preços da economia, pode ser justificado reflectindo-se sobre duas principais vertentes: uma política de crédito levada a acabo pelo banco central, pode tomar contornos de um instrumento de política monetária expansiva, visto ser esta uma forma de capitalização da economia, sobretudo quando o crédito é destinado ao consumo, portanto, se esta política for aplicada sem acompanhar aquilo que é o desempenho de outros sectores, como tal o crescimento da produção interna, pode arrastar consigo problemas de inflação, na outra vertente, é importante lembrar que a inflação têm um efeito nocivo a economia, ao reduzir o poder aquisitivo dos rendimentos da sociedade, o que traduz-se na incapacidade de satisfação de certas necessidades dada a redução dos bens de consumo, colocando em causa o bem-estar da sociedade, o que em última análise, mesmo no contexto de crescimento da economia, o desenvolvimento desejado torna-se inexistente.

No período em causa (1996 – 2005), a inflação comportou-se de acordo com as projecções *ex-ant* estabelecidas. Nos primeiros anos do período de análise, a inflação acumulada anual encontrava-se a níveis relativamente altos, nos anos posteriores assistiu-se um rápido decrescimento, o que culminou, com taxas abaixo de dez por cento em 2002, deste ano em diante, este agregado macroeconómico apresentou-se com oscilações positivas tanto negativas mas a níveis baixos, situados na casa dos 10% em média, conforme o gráfico da Figura 7, abaixo ilustrada. Ainda na mesma figura, pode-se verificar que do ano 2001 ao ano 2004, a quantidade CE como percentagem do PIB, tendia a reduzir de forma significativa, isto devido ao facto do PIB estar a variar a taxas maiores, mas de forma independente a massa de CE mostrou uma evolução positiva. Por conseguinte, a inflação acumulada mostrou-se ao longo do período estar a decrescer, o que indica que as duas variáveis caminhavam em sentidos opostos.

Figura 7: Percurso do CE e da inflação acumulada no período 2000 - 2006

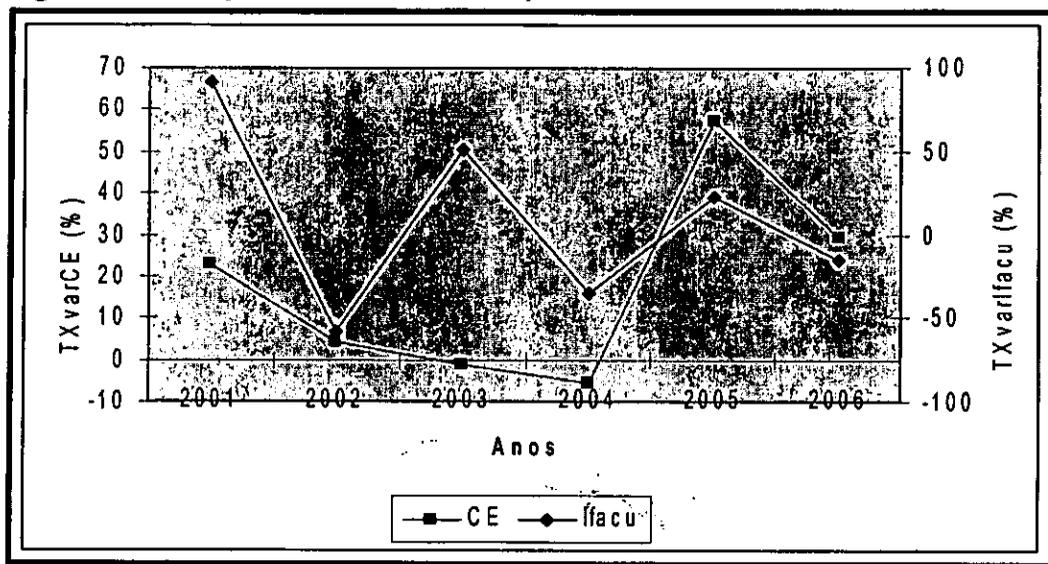


Fonte: compilado pelo autor com base em dados do BM

O bom desempenho alcançado pela economia no que diz respeito ao controle e estabilidade dos preços, é justificado pelo sucesso demonstrado pelo sector monetário, na implementação da sua política restritiva, bem como pelo sector produtivo, no âmbito das suas actividades da produção. Enquanto o sector monetário ia conduzindo uma política monetária restritiva, com vista a controlar melhor a moeda e estabilizar os preços, o sector produtivo beneficiava-se de muitos novos investimentos, nacionais bem como na perspectiva do investimento directo estrangeiro, cujo o capital provinha da boa alocação do crédito por parte dos bancos comerciais, em parceria com algumas instituições internacionais como a USAID, representada neste âmbito de ajuda monetária as PMEs pelo Departamento de Gestão de Projectos (DGP).

Conforme a indicação dada no ponto anterior, as taxas de variação do CE, de um modo geral de 2001 a 2004 mostraram-se evoluir de forma negativa, de acordo com o comportamento gráfico da Figura 8. De 2004 em diante as taxas dispararam positivamente apesar de algumas oscilações a níveis altos. Por outro lado, as taxas de variação da inflação mostraram no período 2001 a 2006 muita oscilação, contudo, pode-se observar na Figura 8 a partir do gráfico, que as oscilações convergiam para taxas baixas, o que em média situou as taxas de variação da inflação acumulada a cerca de 9,5%.

Figura 8: Evolução das taxas de variação do CE e da Ifacu 2001-2006



Fonte: compilado pelo autor com base em dados do BM

5.3 Relação Crédito e outras Variáveis

Na perspectiva económica o crescimento/desenvolvimento só pode ser alcançado com base num desempenho positivo e conjunto de todos os sectores da economia. Para avaliar os sectores económicos são analisadas variáveis que se consideram indicadores de desempenho desses sectores, tais são casos das variáveis acima analisadas com relação ao CE. Contudo, existem outras variáveis igualmente importantes, cuja sua análise profunda não será feita, visto não haverem ainda no país, registos sólidos sobre elas. O desemprego é antes de muitos atributos um dos maiores problemas que abala a economia de Moçambique. Neste âmbito da sua relação com o crédito, como forma de analisar a sua magnitude no processo de DL, pode-se inferir a partir de alguns fóruns e debates sobre a matéria que, uma boa estratégia de alocação de crédito bem como a sua própria monitoria, estimulando na medida desejável o investimentos e projectos, sobre tudo de pequena e media capacidade pode suprir em grande medida o problema de desemprego estrutural. Um maior número de investimentos em actividades directamente produtivas pode aumentar os postos de trabalho que não necessitam de grandes quantidades de mão-de-obra qualificada, mas sim, de contingência de mão-de-obra braçal combinado com uma tecnologia de nível médio. Com este cenário efectivado, para quilo que é

característica principal dos desempregados em Moçambique, o problema fica minimizado.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo e reservado a conclusões e recomendações.

6.1 Conclusões

Este trabalho tinha como objectivo analisar até que ponto o crédito bancário pode estimular o desenvolvimento local.

Existem vários indicadores usados para medir o desenvolvimento, bem como variáveis e factores que podem dinamizar o crescimento/desenvolvimento. Como indicadores podemos apontar o PIB, a inflação, o desemprego e outros, na ordem das variáveis o estudo tomou em linha de conta o crédito a economia.

Do estudo pode-se concluir que, o PIB cresceu em cerca de 10% no período 2000 a 2006, e em média no mesmo período revelou uma taxa de variação situada a cerca de 14,6%. O CE no mesmo período registou uma taxa de crescimento situado na ordem dos 13% e uma variação média igual a 17,6%. Portanto, na medida em que o CE crescia o PIB também tendia a expandir-se a taxas menores devido ao seu volume e relação com outros sectores da economia, o que condiz com a teoria económica.

Com base na conclusão analítica acima exposta, pode-se inferir que se 50% (assumindo o principio da igualdade) do crédito concedido a economia fosse fixado apenas para investimentos sediados localmente o desempenho económico do país teria sido melhor, visto que os sectores privilegiados no processo de distribuição do crédito, são os que

apresentam os melhores mecanismos de exploração das potencialidades rurais, logo, os seus investimentos apresentariam ganhos maiores estimulados pelo próprio incremento da produção dada a maior disponibilidade de matéria prima, bem como, pelo facto de ao longo do tempo as empresas veriam os seus custos a decrescerem, dado que a matéria prima estaria junto do local de produção, parte do mercado também situar-se-a algures, pela possível aglomeração de outros vários serviços necessários a actividade económica.

Segundo, ficou provada a existência de uma relação inversa entre o CE e a inflação, visto que a medida que o CE aumentava, as taxas de inflação tendiam a reduzir, o que ceteris paribus, pode estar de acordo com o princípio económico, segundo o qual, uma boa política de crédito ao investimento pode elevar a produção, suprimindo assim, o problema da escassez de bens e serviços, e deste modo garantir a contenção dos preços.

Terceiro, pode-se concluir ainda que se os investimentos forem na óptica das PME's, que tem como característica o uso de tecnologia menos evoluída, então, a actividade produtiva será desenvolvida com base numa combinação óptima de mão-de-obra qualificada e a não qualificada. Assumindo que a população local é maioritariamente não qualificada, com base na combinação óptima fica garantido uma cifra considerável de emprego para a população local.

6.2 Recomendações

Analisado o CE como impulsionador do DL, é aconselhável que a política creditícia levada a cabo no país seja mais exigente, no sentido de escolher uma óptima combinação entre os grandes, médios e pequenos investimentos, melhor alocação de investimento por sectores, de forma a abranger com mais vigor as actividades directamente produtivas.

É recomendável também, ainda no âmbito da política creditícia que, por sector seja criado um departamento independente de monitoria e fiscalização das actividades para as quais o crédito é concedido, para que os padrões de abrangência sejam cumpridos e os objectivos alcançados.

Um dos grandes problemas que se levanta quanto ao desenvolvimento local, é o facto das zonas rurais estarem isentas de infra-estruturas básicas. Face à esta problemática, recomenda-se, que os órgãos locais que beneficiam-se já de uma certa verba anual, comecem a trabalhar com os sectores chaves, de forma a esboçarem projectos de fixação local de infra-estruturas prioritárias, de forma a atrair o investimento, e a partir deste gerar um efeito multiplicador de expansão local.

A outra questão que se pode levantar, é o aparato da dotação natural inicial de cada localidade/região, neste contexto, aconselha-se para que a fixação dos investimentos tenha em conta as potencialidades locais de matéria prima, de forma a atribuir a cada região uma especialização de produção, e assim, beneficiar-se de economias de escala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BCIFomento (2005): *Relatório e contas*. Maputo
- BM (Vários anos): *Boletim Estatístico*. Direcção de Estudos e Estatística/Banco de Moçambique
- CARRILHO, J. (2005): Finanças Rurais. Palestra proferida na Faculdade de Economia-UEM para os Estudantes do 5º ano da Disciplina de Economia Agrária.
- CARRILHO, J. et all (2003): *Qual é o Papel da Agricultura familiar no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?*
- CONSELHO DE MINISTROS (2001): *Plano de Acção para a Redução Pobreza Absoluta, 2001-2005*. Disponível no site www.govmoz.gov.mz
- ELLIS, F. (1998): *Livehood Diversification and Sustainable Rural Livehoods*.
- CM (Conselho de Ministros): "Decreto de vários anos". In *Boletim da Republica*.
- DENIS, Henri (2000): *História do pensamento económico*, 8ª edição, Lisboa
- DINIZ, Francico (2006): *Crescimento e desenvolvimento económico*. 1ª Edição. Lisboa
- DOWNOBUSH, Rudiguer (2000): *Macroeconomia*. McGraw-Hill.
- GOLDSMITH, RAYMOND W. (1969). *Financial Structure and Development*. New Haven: Yale University Press.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2000): *National Strategic Plan to Combat HIV/AIDS: 200-2002*.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2005): Programa Quinquenal do Governo, 2005-2009. PROAGRI e PARPA II Disponível no site www.govmoz.gov.mz
- HOWELLS, Peter (2001): *Economia monetária-moedas e Bancos*. 1ª Edição, tradução Rio de Janeiro
- HUFFMANN, W. E. (1994): *How Do market Failures Justify Interventions in Rural Credit Markets?* World Bank Observer, January, pp. 27-47.
- IMF (2001): "Republic of Mozambique: Selected Issues and Statistical Appendix. *IMF Country Report* No. 01/25, International Monetary Fund, Washington D.C.
- INE (Vários anos): *Anuários Estatísticos*. Instituto Nacional de Estatística/ MPF/MPD.

Vários anos): *Anuários Estatísticos*. Instituto Nacional de Estatística/ MPF/MPD

KEYNES, J. M. (1937): "*The General Theory of Employment, Interest and money*." Macmillan. London (Edição original: 1936)

KING, ROBERT G. E LEVINE, ROSS. (1993). "Finance and Growth: Schumpeter must be right". *Quarterly journal of economics*.

KPMG: *100 maiores empresas de Moçambique* (2005)

LEWIS, Arthur (1955): *The Theory of Economic Growth*.

MARX, Karl (1867). *O Capital*: 6v. (v.2). São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

MISHKIN, F. (1998): *Moeda, Bancos e Taxas de Juros*. McGraw-hill. 5ª Edição.

SACHS, Jeffrey e LARRAIN Felipe (1998). *Macroeconomia*. Milton Mira de Assumpção Filho eds. Edição Revisitada. São Paulo. MAKRON Books do Brasil Editora Ltda.

SAMUELSON, P. A, NORDHAUS, W. D: *Macroeconomia*. McGraw-Hill. 18ª Edição

SCHULTZ, Theodore (1979): *Investing in People*.

SCHUMPETER, J.A. (1954): *A History of Economic Analysis*, New York: Oxford University Press.

SHAW EDWARD S. (1973). *Financial Deepening In Economic Development*. New York: Oxford University Press.

STIGLITZ, Joseph E. (1989a) "Financial Markets and Development". *Oxford Review of economic Policy*, v. 5, n. 4, p. 55 – 68.

STRACHMAN, Eduardo: *Sector Bancário e Desenvolvimento Económico*. Brazil, 2006.

TIMMER, C.P et all (1996): *Política Agraria e Segurança alimentar*.

TODARO, P (1998): *Economic Development*. Oxford Univerity Press.

ANEXOS

Anexo 1. Estimativas de taxas de crescimento

$$PIB_0 * (1 + TC_{PIB})^n = PIB_n \Leftrightarrow (1 + TC_{PIB})^n = \frac{PIB_n}{PIB_0} \Leftrightarrow TC_{PIB} = \sqrt[n]{\frac{PIB_n}{PIB_0}} - 1$$

$$TC_{PIB} = \sqrt[7]{\frac{137.966.206}{84.989.266}} - 1$$

$$TC_{PIB} = 0.10$$

$$TC_{CE} = \sqrt[7]{\frac{27.398.156}{11.343.237}} - 1 \Leftrightarrow TC_{CE} = 0.13$$

$PIB_0 \Rightarrow$ PIB do primeiro ano

$PIB_n \Rightarrow$ PIB do último ano do período de análise

$TC \Rightarrow$ Taxa de crescimento

$CE \Rightarrow$ Crédito a economia

Anexo 2. Dados referentes ao crédito a economia e PIB de Moç.

| ANOS | Txvar CE | Txvar PIB | TXvarCE(%) | TXvarPIB(%) |
|-------|-------------|-------------|------------|-------------|
| 2000 | - | - | - | - |
| 2001 | 0.229206266 | 0.222091929 | 22.9206266 | 22.20919292 |
| 2002 | 0.041635773 | 0.151897573 | 4.16357734 | 15.18975727 |
| 2003 | -0.01405371 | 0.10357292 | -1.4053707 | 10.35729204 |
| 2004 | -0.05639494 | 0.137528387 | -5.6394937 | 13.75283867 |
| 2005 | 0.570058218 | 0.1518627 | 57.0058218 | 15.18626998 |
| 2006 | 0.291470227 | 0.111134508 | 29.1470227 | 11.11345082 |
| Média | | | 17,6986973 | 14,63480028 |

Fonte:BM

| ANOS | CE (10 ³) | PIB _{cor} (10 ⁶) | CE/PIB (%) |
|------|-----------------------|---------------------------------------|-------------|
| 2000 | 11.343.237 | 84.989,266 | 17,28339715 |
| 2001 | 13.943.178 | 95.404,345 | 16,52654812 |
| 2002 | 14.523.713 | 104.212,325 | 14,59978113 |
| 2003 | 14.319.601 | 110.972,750 | 12,90370932 |
| 2004 | 13.512.048 | 119.721,569 | 10,50145906 |
| 2005 | 21.214.702 | 129.763,502 | 13,98400477 |
| 2006 | 27.398.156 | 137.966,206 | 16,05284483 |

Fonte: BM

Anexo 3. Dados sobre o PIB de Moçambique

| Anos | PIBpc(2003),valores em 10 ³ Meticais,ÓPTICA DE PRODUÇÃO |
|------|--|
| 1991 | 48,424,516 |
| 1992 | 45,891,269 |
| 1993 | 49,914,622 |
| 1994 | 52,988,795 |
| 1995 | 54,174,318 |
| 1996 | 62,181,078 |
| 1997 | 69,073,743 |
| 1998 | 77,244,051 |
| 1999 | 83,706,651 |
| 2000 | 84,989,266 |
| 2001 | 95,404,345 |
| 2002 | 104,212,325 |
| 2003 | 110,972,750 |
| 2004 | 119,721,569 |
| 2005 | 129,763,502 |
| 2006 | 137,966,206 |

Fonte: BM

Anexo 4. Dados sobre as taxas de inflação na Cidade de Maputo

| anos | Ifacu (%) | CE (10 ^{^18}) | CE/PIB (%) | TXvarCE(%) | TxvarIfacu (%) |
|-------|-----------|-------------------------|------------|------------|----------------|
| 2000 | 11.44 | 11.3 | 17.3 | - | - |
| 2001 | 21.93 | 13.9 | 16.5 | 22.9206266 | 91.8 |
| 2002 | 9.12 | 14.5 | 14.6 | 4.16357734 | -58.4 |
| 2003 | 13.82 | 14.3 | 12.9 | -1.4053707 | 51.5 |
| 2004 | 9.07 | 13.5 | 10.5 | -5.6394937 | -34.4 |
| 2005 | 11.15 | 21.2 | 14 | 57.0058218 | 22.9 |
| 2006 | 9.37 | 27.4 | 16.1 | 29.1470227 | -15.9 |
| Média | | | | 17.6986973 | 9.53333333 |

Fonte: BM

Txvar → taxa de variação

Ifacu → inflação acumulada